

RECENSÃO DE LIVRO

FIM DA "NORMA CULTA"?

Adriana Lira

Secretária Executiva da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade
Universidade Católica de Brasília
adrianalira@ucb.br

Bagno, M. (1999). *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 52. ed. São Paulo, Loyola, 207 p.

A realidade de sala de aula nos faz perceber, mesmo no ambiente universitário, a defasagem dos estudantes no que se refere ao domínio da chamada norma culta. Muitos ainda escrevem como falam e não se dão conta ou se importam com isso. Talvez porque pouca importância lhe foi dada na educação básica. Por outro lado, os graduandos que foram alunos da rede privada, evidenciam ter sido privilegiados com o ensino da norma-padrão, obtendo vantagens sobre os demais. Além disso, pesquisas em bases de dados conceituadas como, por exemplo, do Ministério da Educação e da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, inclusive apontadas no livro aqui resenhado, confirmam o “atraso” dos estudantes brasileiros, que dominam menos o seu próprio idioma. Tais situações anunciam a urgência de oferecer aos educandos uma educação de qualidade, preparando-os para o domínio da norma culta, que rege a sua língua materna e que constitui um processo de comunicação indispensável pelos relativos graus de precisão e consenso. Entretanto, há muitos desafios, como a torrente de avanços tecnológicos, que atrai crianças, jovens e adultos e os influencia, entre outros aspectos, na economia vocabular (abreviações) e na reprodução da língua falada na escrita. Todavia, importantes linguistas defendem o contrário, como Marcos Bagno. Doutor em Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo e professor da Universidade de Brasília, o autor publicou “**Preconceito linguístico: o que é, como se faz**”. Nela, o autor discorda do ensino da norma culta como padrão, já que deve ser levada em conta a diversidade linguística do povo brasileiro. Considera, pois, que o ensino da norma culta é reproduz o preconceito linguístico tão arraigado na cultura brasileira e acaba por exacerbar a desigualdade social. A obra,



em sua 52ª edição, tem em vista promover o ensino mais democrático e coerente da língua materna. Com mais de 200.000 exemplares vendidos, o livro em epígrafe divide opiniões acerca do tema abordado, já que a sociedade brasileira enfrenta hoje o desafio de uma educação precária. Editado pela primeira vez em 1999, o autor vem aprimorando o livro, aprofundando discussões que considerava até então ter sido superficiais e, ainda, para corrigir algumas expressões anteriormente empregadas, como norma culta, devido às ambiguidades em que ela implica.

A obra está dividida em quatro capítulos. Trata-se de uma linguagem simples, mas que pode deixar confuso o leitor que não for da área de Letras, pois algumas vezes aparecem misturados os conceitos de linguística, língua, linguagem e fala. Os subtítulos no interior dos capítulos são irônicos, sugerindo um trabalho deliberado de polêmica. Citando expressamente determinados gramáticos que lhe apresentam argumentos discordantes, procura refutá-los, inclusive assinalando o suposto preconceito contra os linguistas.

Antes dos capítulos, o autor apresenta ao leitor duas notas, “**Importante saber**” e “**Primeiras palavras**”, de modo a prepará-lo para reconhecer a existência do preconceito linguístico e, desde então, aponta os *intelectuais elitistas* como responsáveis pela disseminação de tal preconceito. O primeiro capítulo, intitulado “**A mitologia do preconceito linguístico**”, apresenta oito mitos que se reproduzem de uma geração a outra por meio do ensino tradicional da gramática. O primeiro deles é quanto “*À língua portuguesa falada no Brasil que apresenta uma unidade surpreendente*”. Na discussão, assinala que não é verdadeiro considerar que exista uma língua materna para os brasileiros, já que a diversidade da língua falada prova o contrário. E é aí, para ele, que surge o preconceito, cada vez mais excludente dos excluídos, já que não dominam a norma culta. O autor vê a língua como privilégio daqueles que estão no topo da pirâmide social e exercem seu domínio sobre as demais camadas da população.

O segundo mito, “*Brasileiro não sabe português / Só em Portugal se fala bem português*”, considera ser afirmação de muito mau gosto, já que a língua falada pelos brasileiros, o “português brasileiro”, é diferente da língua falada pelos portugueses, isto é, do português de Portugal. Então, o autor busca mostrar que o português de Portugal continua tão ultrapassado como a gramática normativa, já que não acompanharia os avanços da língua falada. O ensino da gramática na escola brasileira

continuaría voltado às normas linguísticas de Portugal, e, por isso, a riqueza da língua falada no Brasil acabaria não sendo contemplada por este padrão da norma culta.

O terceiro mito, comumente pronunciado pelos brasileiros, "*Português é muito difícil*", também se encontra ligado ao segundo mito. Isso seria resultado de o ensino da língua sempre se basear nas normas gramaticais de Portugal, que não correspondem à língua por aqui falada. No entanto, Bagno considera que esse mito só pode ser superado no dia em que se levar em consideração o uso real, vivo e verdadeiro da língua portuguesa do Brasil.

No quarto mito, "*As pessoas sem instrução falam tudo errado*", o autor trata da dicotomia certo e errado. Afirma que a língua falada não é considerada o português correto pelos *puristas*, por diferir da norma estabelecida como padrão e, por isso, é tida como *feia, estropiada, rudimentar, deficiente*. O autor declara que são desprezadas as variedades regionais. Segundo ele, há um preconceito por parte dos mais favorecidos, que dominam a norma culta, já que consideram que só existe uma língua a ser ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogadas nos dicionários.

O quinto mito, "*O lugar onde melhor se fala português é no Maranhão*". Este mito existe por que é no Maranhão que o brasileiro fala uma língua que conserva a gramática de Portugal. Para tanto, emprega exemplos quanto ao uso da colocação pronominal (tu/ti) e mostra que Estados como o Rio Grande do Sul também mantêm o mesmo padrão. Portanto, não considera que só por isso, o Maranhão é o único Estado em que se fale o português de Portugal.

No sexto mito, "*O certo é falar assim porque se escreve assim*", o autor novamente enfatiza que não é possível aplicar os conceitos de certo e errado para a língua falada, quando levados em conta os vários sotaques brasileiros. Aqui ele aponta como um erro grave a tendência no ensino da língua de obrigar o aluno a falar como escreve, como se fosse a única língua correta, o que não considera possível.

No sétimo e penúltimo mito, "*É preciso saber gramática para falar e escrever bem*", é feita uma crítica explícita a alguns gramáticos, por defenderem que a gramática é um instrumento fundamental para o domínio do padrão culto da língua: "*Se assim fosse, todos os gramáticos seriam grandes escritores e os bons escritores seriam especialistas em gramática, o que para o autor está longe de ser verdade*" (p. 8).



Por fim, o oitavo mito, "*O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social*", mostra que esta expressão é de fato um mito, já que há mesmo professores de língua portuguesa que não ocupam o topo da pirâmide social, econômica e política do país e, ao contrário, recebem os *salários mais obscenos da sociedade*. Bagno, por meio de exemplos, procura mostrar que a norma-padrão não é uma fórmula mágica que, de um momento para outro, vai resolver todos os problemas de um indivíduo carente. Essa perspectiva contribuiria não apenas para o preconceito linguístico, mas para o irmão gêmeo dele, "*o círculo vicioso da injustiça social*".

No segundo capítulo, **O círculo vicioso do preconceito linguístico**, o autor mostra como os oito mitos anteriormente apresentados se disseminam. "A santíssima trindade desse preconceito" como ele denomina, se compõe do ensino tradicional, da gramática tradicional e dos livros didáticos, responsáveis por constituir o círculo vicioso do preconceito. Denuncia que os pobres aparecem em desvantagem nas gramáticas e programas de televisão, pois sua fala aparece sempre de forma ridicularizada. Para ele, jornais, revistas e programas de televisão e rádio acabam por tentar preservar as noções mais conservadoras do certo e errado, desprezando o saber acumulado por mais de um século de ciência linguística moderna. Aponta os métodos tradicionais, mas especialmente os gramáticos, com seus trabalhos em jornais, propagandas, gramáticas e livros paradidáticos, como responsáveis por disseminar e reforçar o preconceito linguístico, enquanto os sociolinguistas duramente lutam para superá-lo. Ainda neste capítulo, Bagno também aproveita para apresentar o que é a linguística e o seu objeto de estudo, embasado em exemplos da língua falada para persuadir o leitor.

No terceiro capítulo, **A desconstrução do preconceito linguístico**, o autor reconhece a crise do ensino da norma culta, destacando a importância de se fazer reconhecer a existência do preconceito linguístico para que se possa quebrá-lo. Para tanto, considera como necessidade essencial a mudança de postura de professores e outros profissionais e, ainda, elevar grau de autoestima linguística: recusar com veemência os velhos argumentos que visem a menosprezar o saber linguístico individual de cada um de nós, impondo-nos como falantes competentes de nossa língua materna e assim desrespeitando as variações que ela permite. Com subtítulos sarcásticos, ele mostra que se faz necessária uma nova prática na sala de aula, por exemplo, parando com a *paranoia* de corrigir "erros" ortográficos dos alunos. Bagno destaca que o ensino da gramática tradicional inibe a expressão livre dos indivíduos falantes em detrimento de um padrão falado e escrito, gerando neles um sentimento

de incapacidade. No entanto, ele mesmo reconhece que poucos são privilegiados no que se refere ao acesso à educação, à tecnologia etc. Apresenta, por exemplo, dados importantes do IBGE (2001-2003) que apontam elevado número de analfabetos e um documento da ONU em que o Brasil ocupava o 93º lugar em escolarização, atrás de países como a Etiópia e a Índia, em plena virada do século XXI. Questiona a validade desses dados, já que sempre é levada em consideração apenas a escrita dos estudantes brasileiros. Enfaticamente, o autor discorda de que a fala é consequência da escrita. Assim, considera que, com tantos analfabetos plenos e funcionais, lamentar a decadência ou a corrupção da língua culta no Brasil é, no mínimo, uma atitude cínica.

No quarto capítulo, **O preconceito contra a linguística e contra os linguistas**, o autor aponta que o ensino de língua na escola é a única disciplina em que existe uma disputa entre duas perspectivas distintas, a saber, dois modos diferentes de encarar o fenômeno da linguagem: a doutrina gramatical tradicional, surgida antes de Cristo (aliás, muito, muito antes), e a linguística moderna, que se firmou como ciência autônoma no final do século XIX e início do século XX. Para ele, a gramática tradicional permanece viva e forte porque, ao longo da história, ela deixou de ser apenas uma tentativa de explicação filosófica para os fenômenos da linguagem humana e foi transformada em mais de um dos muitos elementos de dominação de uma parcela da sociedade sobre as demais.

A polêmica, como é usual, inquieta os leitores e patenteia emoções. Hoje, inclusive com as tecnologias, se multiplicam as linguagens para as mesmas camadas sociais. Porém, se a escola fosse democrática e efetiva no ensino da norma culta, não asseguraria oportunidades idênticas para os alunos socialmente menos favorecidos? Bagno considera a gramática ultrapassada, já que, mesmo hoje, não acompanha a revolução científica que abalou os fundamentos do conhecimento e do pensamento ocidentais, ao contrário de outros componentes curriculares. Considera o autor que somente os professores de língua continuam tratando da gramática tradicional de forma intacta, de uma geração de alunos para outra, como se nada tivesse acontecido na(s) ciência(s) da linguagem. Mas não é estranha essa persistência num mundo que tem mudado cada vez mais rápido, inclusive com a constituição da “sociedade em rede” e de mudanças profundas da estratificação social? Essa insistência numa linguagem culta, que, aliás, nem os alunos socialmente privilegiados falam, pois pertencem a um grupo etário, com características em parte transversais, permanece, apesar de tudo. Por que as Nações Unidas, as chancelarias nacionais, os códigos



jurídicos, a literatura científica, os meios de comunicação de massa continuam a usar, quando é o caso, o *standard English* e outras línguas padrões, em suas “normas cultas”? Por que não usam o inglês oral das periferias urbanas da Austrália? Ou variações do inglês, geradas pelo contato com idiomas africanos? Por que Obama não se dirige aos seus eleitores na linguagem no *non-standard English* dos guetos? Ou por que Sennett, menino criado num pobre gueto negro, não escreve a sua obra sociológica na linguagem dos seus antigos amigos e colegas? Uma das respostas está na diferença entre culturas e civilizações muito tempo antes da presente globalização e na urgência de línguas francas, vivas, para a comunicação humana. Como professora de português, penso que um colega esclarecido irá distinguir com os estudantes as línguas faladas e escritas e apontar-lhes as diferenças, relativizando-as antropologicamente e denunciando os preconceitos. É preciso concordar com Bagno que o ensino da gramática se faz de maneira maçante e sem aplicações, isto é, fora do contexto, de modo que os alunos realmente a percebem como um conjunto de regras inúteis, ainda mais quando é uma variação muito diferente do idioma usado pelo próprio aluno. Pior ainda quando muitos professores encontram-se despreparados e também não a dominam bem, deixando de lado a pedagogia do exemplo. Sem dúvida é preciso trabalhar com os regionalismos e convidar os estudantes a respeitá-los, aproveitando essa diversidade linguística como riqueza e não como desvio. Para professores inseguros, as ideias defendidas por Bagno podem constituir poderosa justificativa ideológica para a lei do menor esforço. Por isso, docentes podem eximir-se da norma-padrão, excluindo os estudantes de um direito seu, que acaba por exacerbar as desigualdades sociais, ocupacionais e econômicas entre eles. O próprio autor reconhece a crise no sistema educacional brasileiro, *“classificado entre os piores do mundo, embora sejamos um país mais rico e industrializado do Hemisfério Sul, além de ser uma das maiores economias capitalistas do planeta. Crise que existe desde o pré-primário até a universidade. A escola está cada vez mais arruinada, com professores despreparados e pessimamente remunerados, que não oferece aos alunos as mínimas condições de letramento necessárias para o pleno exercício da cidadania”* (p. 174).

Não é novidade que os idiomas têm variações espaciais e sociais, nestas últimas se incluindo os linguajares dos jovens, que assim afirmam a sua identidade, em parte transversal às classes. Homens e mulheres, como variados grupos profissionais, quanto mais isolados, mais criam esferas simbólicas próprias. Por que não se escreveu o novo Código Civil com as abreviações e a provável gramática do



MSN ou de acordo com algum falar regional ou popular? Ainda que escrito cuidadosamente na norma culta, segundo a qual existe relativo consenso quanto ao vocabulário e à sintaxe, as interpretações dos seus dispositivos podem ser múltiplas e duvidosas. Por outro lado, Saramago escreve o “Memorial do Convento”, entre outros livros, sem ortodoxia gramatical e é considerado autor de exímias obras de arte, onde está o rigorismo padronizador das Academias, inclusive a Sueca, que lhe atribuiu o Prêmio Nobel? A posição de Bagno, respeitável como todas, é marcada pelo relativismo: se não há *erros*, por que corrigi-los? Ora, se as diferenciações linguísticas são relativas, a tese do autor também não pode submergir no mesmo oceano de relativismo? Perguntas como estas são excelentes consequências das controvérsias. Onde há controvérsia, há vida.